

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

A intervenção profissional em educação física e a responsabilidade social

A intervenção do profissional de educação física não se reduz à aplicação automática de exercícios. Embora o domínio técnico e científico seja indispensável, a qualidade do atendimento depende da capacidade de compreender os objetivos, as condições e o contexto sociocultural dos beneficiários. Em diferentes espaços – escolas, academias, clubes, unidades de saúde e projetos comunitários –, a prática profissional exige planejamento, avaliação e decisões responsáveis.

Essa responsabilidade começa antes da prescrição. É necessário conhecer as condições de saúde do indivíduo ou do grupo, identificar necessidades, estabelecer objetivos e selecionar métodos compatíveis. Avaliações orientam a intervenção, permitem acompanhar resultados e ajudam a reduzir riscos. Quando o caso ultrapassa a competência do profissional, o diálogo com outras áreas e o encaminhamento adequado constituem medidas de segurança, e não sinais de fragilidade profissional.

A dimensão ética amplia esse compromisso. Respeitar a dignidade, a autonomia e a diversidade dos beneficiários significa rejeitar práticas discriminatórias, promessas de resultados garantidos e modelos de atendimento que priorizem interesses comerciais em detrimento da saúde. Significa, ainda, proteger informações pessoais, manter atualização permanente e comunicar orientações de maneira clara.

No campo escolar, essa perspectiva impede que a educação física seja reduzida à seleção dos mais habilidosos ou ao treinamento esportivo. As práticas corporais podem favorecer aprendizagem, participação, convivência e leitura crítica da cultura. Para isso, o planejamento precisa considerar diferenças de idade, experiências, condições corporais e formas de participação, garantindo que o direito à atividade física não seja confundido com obrigação de desempenho.

Assim, a intervenção profissional qualificada articula ciência, técnica, ética e sensibilidade social. Ao planejar e avaliar suas ações, o profissional contribui para a promoção da saúde, para a autonomia dos beneficiários e para uma sociedade mais inclusiva. A responsabilidade acompanha todo o processo, desde a análise da demanda até a avaliação dos efeitos produzidos.

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 A partir do texto, infere-se que o encaminhamento do beneficiário a profissionais de outras áreas, quando a situação ultrapassa a competência do profissional de educação física, demonstra que esse profissional não possui condições de intervir de maneira responsável.
- 2 No período “A intervenção do profissional de educação física não se reduz à aplicação automática de exercícios.”, o pronome oblíquo “se” encontra-se em próclise obrigatoriamente devido à atração exercida pelo advérbio de negação “não”.
- 3 No trecho “Embora o domínio técnico e científico seja indispensável, a qualidade do atendimento depende também da capacidade de compreender os objetivos, as condições e o contexto sociocultural dos beneficiários.”, a oração iniciada pela conjunção “Embora” expressa uma condição para que a qualidade do atendimento seja alcançada.
- 4 No período “A dimensão ética amplia esse compromisso. Respeitar a dignidade, a autonomia e a diversidade dos beneficiários significa rejeitar práticas discriminatórias.”, a substituição de “discriminatórias” por **preconceituosas e excludentes** preservaria a correção ortográfica, a estrutura sintática e o sentido geral do período.
- 5 Na oração “Quando o caso ultrapassa a competência do profissional, o diálogo com outras áreas e o encaminhamento adequado constituem medidas de segurança.”, a substituição de “constituem” por **constituiria** manteria o sentido original e a correção gramatical do período, pois o verbo poderia concordar com o núcleo mais próximo do sujeito.
- 6 No trecho “modelos de atendimento que priorizem interesses comerciais em detrimento da saúde.”, a forma verbal “priorizem” está no modo subjuntivo porque integra uma oração subordinada adjetiva restritiva, iniciada pelo pronome relativo “que”, cujo antecedente é “modelos de atendimento”.
- 7 No período “Para isso, o planejamento deve considerar diferenças de idade, experiências, condições corporais e formas de participação.”, o termo “Para isso” estabelece uma relação de finalidade com a oração que o sucede e retoma as ideias anteriormente apresentadas sobre a necessidade de um planejamento inclusivo.
- 8 No trecho “o profissional contribui para a promoção da saúde, para a autonomia dos beneficiários e para uma sociedade mais inclusiva.”, a retirada da preposição “para” antes de “a autonomia dos beneficiários” e de “uma sociedade mais inclusiva” prejudicaria a correção gramatical do período, pois o verbo “contribuir” rege a preposição “para”.

Internet:<confef.org.br> (com adaptações).

Texto para os itens de 9 a 16.**Esporte e lazer como direitos sociais**

O esporte costuma ser apresentado como espetáculo e competição; porém, essa visão é insuficiente para compreender a presença da educação física nas políticas públicas, uma vez que esporte e lazer também constituem práticas culturais e espaços de convivência. A democratização dessas práticas não depende apenas da abertura de equipamentos esportivos: é preciso considerar quem participa, em quais condições e com que objetivos. Uma quadra pode permanecer excludente sem transporte, segurança, materiais adequados, horários compatíveis e profissionais preparados. Oferecer a mesma atividade a todos não garante igualdade diante de diferenças de idade, deficiência, território e condições socioeconômicas.

Nesse contexto, o profissional de educação física participa do planejamento e da mediação das ações. Seu trabalho não consiste em selecionar os mais habilidosos, e sim em criar situações que ampliem a participação. Isso requer adaptar regras, materiais, espaços e estratégias sem reduzir a qualidade da experiência. A adaptação é condição pedagógica para que o direito de participar seja reconhecido, sendo assim, projetos de esporte e lazer precisam dialogar com a comunidade. Ressalta-se que identificar demandas locais, escutar participantes e avaliar ações ajuda a evitar decisões impostas. É preciso destacar que práticas tradicionais e manifestações culturais do território podem integrar o planejamento, desde que sejam tratadas com respeito.

A avaliação não deve limitar-se à contagem de inscritos ou de eventos, pois indicadores numéricos são úteis, mas precisam ser relacionados à permanência, à participação, à acessibilidade e aos efeitos percebidos. Desse modo, uma política pode alcançar muitas pessoas e ainda reproduzir desigualdades se não examinar quem permanece excluído. Assim, pensar o esporte e o lazer como direitos sociais exige superar a lógica de oferta ocasional e de rendimento como único critério de sucesso. Cabe à educação física contribuir para políticas inclusivas e participativas, nas quais o movimento seja compreendido como experiência de cultura, convivência e cidadania.

Internet:<confef.org.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e as estruturas linguísticas do texto, julgue os itens seguintes.

- 9 O texto defende que a democratização do esporte e do lazer depende prioritariamente da construção e da disponibilização de equipamentos esportivos para a comunidade.
- 10 No trecho “A democratização dessas práticas não depende apenas da abertura de equipamentos esportivos:”, a forma verbal “depende” está flexionada no singular porque concorda com o núcleo do sujeito “democratização”, e não com o termo no plural “práticas”.
- 11 No período “Oferecer a mesma atividade a todos não garante igualdade diante de diferenças de idade, deficiência, território e condições socioeconômicas.”, a expressão “a todos” exerce a função de complemento indireto do verbo “oferecer”.

- 12 Na oração “A adaptação é condição pedagógica para que o direito de participar seja reconhecido.”, a locução “para que” introduz uma oração subordinada adverbial final.
- 13 No período “práticas tradicionais e manifestações culturais do território podem integrar o planejamento, desde que sejam tratadas com respeito.”, a expressão “desde que sejam tratadas com respeito” apresenta uma condição para a integração dessas práticas ao planejamento.
- 14 No trecho “A avaliação não deve limitar-se à contagem de inscritos ou de eventos.”, a substituição de “à contagem” por **a contagem** preservaria a correção gramatical do texto, pois o verbo “limitar-se” não exige preposição.
- 15 Na oração “uma política pode alcançar muitas pessoas e ainda reproduzir desigualdades”, a conjunção “e” estabelece, necessariamente, uma relação de adição entre ações consideradas igualmente desejáveis no contexto.
- 16 No trecho “Cabe à educação física contribuir para políticas inclusivas e participativas.”, a substituição de “Cabe à educação física” por **É responsabilidade da educação física** preservaria a correção gramatical e o sentido geral do período.

Amanda, Bárbara, Carolina e Denise estavam em uma casa quando perceberam que a cozinha estava inundada porque uma delas deixou o filtro de água ligado. Sabe-se que apenas uma delas deixou o filtro ligado e que exatamente uma das afirmações a seguir é falsa.

- Amanda: “Bárbara deixou o filtro ligado.”
- Bárbara: “Denise deixou o filtro ligado.”
- Carolina: “Bárbara não deixou o filtro ligado.”
- Denise: “Carolina não deixou o filtro ligado.”

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Amanda disse a verdade.
- 18 Bárbara foi quem deixou o filtro ligado.
- 19 Denise foi quem deixou o filtro ligado.
- 20 A proposição “Bárbara disse a verdade se e somente se Carolina disse a verdade” é falsa.

Lúcio pretendia revestir uma sala de treinamento de jiu-jitsu, com 6 m de comprimento e 6 m de largura, utilizando placas de tatame, cada uma capaz de cobrir 0,75 m², considerando que haveria aproveitamento integral das placas, sem perdas de material. Cada placa custava R\$ 120. Para pagamento à vista, a loja oferecia 12,5% de desconto. Como alternativa, Lúcio poderia pagar 25% do valor total como entrada e financiar o restante por 5 meses, a juros simples de 2% ao mês.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 21 Para revestir completamente a área de treinamento, Lúcio deverá adquirir 48 placas de tatame.
- 22 Caso opte pelo pagamento à vista, Lúcio economizará mais de R\$ 1.200 em relação ao valor total que desembolsaria na alternativa financiada.

- 23 Na alternativa financiada, o valor dos juros incidentes sobre o saldo após o pagamento da entrada será de R\$ 432.
- 24 Na alternativa financiada, o valor total desembolsado por Lúcio será 10% superior ao preço original das placas de tatame.

Em uma competição de esgrima, 8 atletas, entre eles Dalila e Magali, disputarão a primeira fase em 4 duelos. Os confrontos serão definidos por sorteio. Os vencedores dos 4 duelos avançarão para as semifinais, que contarão com 4 atletas e terão os seus confrontos definidos por um novo sorteio. Para fins de contagem, não serão consideradas a ordem dos duelos nem a ordem dos atletas em cada confronto.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 Existem 120 formas distintas de organizar os 4 duelos da primeira fase.
- 26 Depois de definido o adversário de Dalila na primeira fase, existem 15 formas distintas de organizar os 3 duelos restantes.
- 27 Existem 90 formas distintas de organizar os confrontos da primeira fase de modo que Dalila e Magali não se enfrentem.
- 28 Sabendo-se que Dalila e Magali estão entre as 4 atletas classificadas para as semifinais, existem exatamente 2 formas distintas de organizar os confrontos dessa fase sem que elas se enfrentem.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas da esquerda; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Considerando situações relacionadas ao uso de recursos computacionais, à comunicação em rede, à segurança da informação e às tecnologias de transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 29 Durante a execução de um programa, o processador realiza operações sobre instruções e dados enquanto o software fornece a sequência lógica de instruções a ser executada. Portanto, a execução de um programa envolve a atuação conjunta de hardware e software.
- 30 Em uma rede do tipo peer-to-peer, uma estação que esteja fornecendo um determinado serviço ficará impedida de atuar simultaneamente como cliente de outro serviço, pois os papéis de cliente e servidor são atribuídos permanentemente a cada equipamento.
- 31 Uma empresa que substitua parte do cabeamento de sua rede local por conexões sem fio deixará, necessariamente, de possuir uma rede de computadores, uma vez que esse conceito pressupõe a existência de um meio físico cabeado entre as estações.

- 32 Ao longo do percurso entre dois sistemas finais na Internet, um mesmo datagrama pode ser transportado por diferentes tecnologias de enlace, sem que todos os enlaces da rota precisem utilizar o mesmo protocolo.

Acerca dos conceitos fundamentais de informática, das redes de computadores e dos procedimentos de backup, julgue os itens a seguir.

- 33 Para que uma informação armazenada em memória secundária seja processada pela CPU, é dispensável a sua transferência para a memória principal, pois o processador pode endereçar diretamente dispositivos como discos rígidos e mídias ópticas.
- 34 Em uma rede de computadores, um roteador pode receber pacotes provenientes de uma rede e direcioná-los para outra, não se restringindo a sua atuação à comunicação entre equipamentos pertencentes a uma única rede local.
- 35 A realização periódica de cópias de segurança torna desnecessária a verificação da possibilidade de restauração dos dados, uma vez que a conclusão do procedimento de cópia é suficiente para assegurar que os arquivos poderão ser recuperados posteriormente.
- 36 Na transferência de um arquivo pela Internet, a taxa com que o destinatário recebe os dados pode variar durante a comunicação, de modo que a vazão observada em determinado instante não precisa permanecer constante durante toda a transferência.

No que se refere aos conceitos fundamentais de informática, aos sistemas operacionais, às redes e à segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 37 O sistema operacional pode atuar no gerenciamento de arquivos e no controle de dispositivos periféricos, de modo que essas atividades não precisam ser implementadas separadamente por cada aplicativo utilizado no computador.
- 38 Se uma política de cópias de segurança tiver como objetivo possibilitar a recuperação de arquivos após sua perda, a existência de uma cópia de backup anterior ao evento pode permitir a restauração das informações, ainda que os arquivos originais se tenham tornado indisponíveis.
- 39 Em uma política de backup, a periodicidade das cópias interfere apenas na quantidade de espaço de armazenamento consumido, não podendo afetar a quantidade de informações que poderá ser perdida caso seja necessário efetuar-se a recuperação dos dados após uma falha.
- 40 Uma organização pode manter registros DNS referentes a seus servidores publicamente acessíveis sem que, para isso, seja obrigada a operar diretamente a infraestrutura do servidor DNS autoritativo que armazena esses registros.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Com base na Resolução CREF-20/SE nº 052/2022 (Regimento Interno), julgue os itens a seguir.

- 41 O CREF-20, por sua natureza autárquica, é mantido por órgãos governamentais do estado de Sergipe.
- 42 O CREF-20, além de exercer funções orientadoras, disciplinadoras e fiscalizadoras da profissão também atua como órgão consultivo no estado do Sergipe.
- 43 A diretoria, composta de presidente, vice-presidentes, secretários e tesoureiro, é a instância máxima do Conselho.
- 44 A diretoria do CREF-20 será integrada, exclusivamente, por conselheiros eleitos.
- 45 Na fiscalização das pessoas jurídicas, o CREF-20 limita-se a aferir a regularidade do registro e à atuação dos profissionais de educação física que nelas prestam serviço.
- 46 O plenário do CREF-20 é composto de 28 membros titulares.
- 47 As atas de reunião do plenário devem ser aprovadas pela diretoria do CREF-20.
- 48 A autorização de operações de crédito será realizada pelo plenário com a presença da maioria absoluta de seus membros.
- 49 Durante as reuniões do plenário, cabe ao presidente do CREF-20 conceder vista de processo.
- 50 Nas discussões realizadas durante as reuniões do plenário, quando encaminhada a matéria para votação, poderão abster-se do voto os conselheiros que assim desejarem.
- 51 Concluída a votação e proclamado o resultado sobre matéria discutida na reunião do plenário, poderão os conselheiros alterar o seu voto enquanto a ata não tiver sido aprovada.
- 52 Compete à câmara de julgamento zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional e do Código Processual de Ética do Sistema CONFEF/CREFs.

De acordo com a Resolução CONFEF nº 619/2026, julgue os itens seguintes.

- 53 O indivíduo que convive com disidrose estará isento do pagamento de inscrição e anuidade junto ao Sistema CONFEF/CREFs, desde que cumpra os requisitos estabelecidos na Resolução nº 619/2026.
- 54 Os requerimentos de isenção do pagamento da anuidade serão analisados individualmente pela diretoria do CREF-20.
- 55 Pedidos para isenção do pagamento de inscrição devem ser requeridos diretamente ao CONFEF.

Conforme a Lei Federal nº 9.696/1998, que regulamenta a profissão de educação física e cria o CONFEF e os CREFs, julgue os itens a seguir.

- 56 Suponha-se que um profissional de educação física tenha tido, pelo CREF-20, o indeferimento definitivo de seu pedido de registro. Nesse caso, é correto afirmar que o profissional poderá interpor recurso junto ao CONFEF.
- 57 Cabe ao CREF-20 instituir o modelo das carteiras de identidade profissional (CIPs) expedidas em sua jurisdição.
- 58 Ao CONFEF compete prestar apoio técnico ininterrupto aos CREFs.

- 59 Os casos de infrações éticas que sejam de conhecimento do CREF-20 devem ser submetidos imediatamente ao CONFEF para seu julgamento e para sua decisão.
- 60 Como instituição central do Sistema Federativo CONFEF/CREF, a propositura, o julgamento e a adoção de medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização são de competência exclusiva do CONFEF.
- 61 Os profissionais inscritos no CREF-20 são obrigados a votar na eleição dos conselheiros do respectivo Conselho.
- 62 Incurrerá em infração o profissional de educação física que exerça a profissão sem estar registrado no CREF-20.

Segundo o Código de Ética Profissional do Sistema CONFEF/CREFs, julgue os itens seguintes.

- 63 Suponha-se que um profissional de educação física registrado no CREF-14/GO, tendo executado individualmente um trabalho e precisando apresentar o relatório para uma academia de Itabaiana-SE, tenha solicitado a um amigo, registrado no CREF-20, que assinasse o documento. Nesse caso, é correto afirmar que o documento poderá ser assinado em nome do espírito de solidariedade e fortalecimento da classe.
- 64 Suponha-se que um profissional de educação física tenha desistido de um trabalho que oferecia, comprovadamente, condições indignas para o exercício da profissão. Nesse caso, é correto afirmar que outro profissional não deve aceitar o mesmo trabalho, oferecido nas mesmas condições.
- 65 Suponha-se que um conselheiro do CREF-20 estivesse planejando se candidatar a vereador nas eleições. Nesse caso, é correto afirmar que ele poderá usufruir da posição no Conselho para atrelar a sua imagem a projetos divulgados na área do esporte.
- 66 Cabe ao CREF-20, embasado na Resolução CONFEF nº 508/2023, expedir o Código de Ética de sua jurisdição adequando a realidade e as necessidades inerentes à profissão no estado de Sergipe.

Em consonância com a Resolução CONFEF nº 617/2026, julgue os itens a seguir.

- 67 O profissional de educação física que, neste ano, decidir viajar para o Chile e, por lá, permanecer até 2028, poderá requerer a baixa do registro profissional.
- 68 O profissional de educação física que tiver o seu registro cancelado, terá, cumulativamente, o pagamento da anuidade do exercício corrente cancelado em sua integralidade.
- 69 Suponha-se que um profissional de educação física tenha tido, em outra oportunidade, a nulidade de seu registro declarada no CREF-1/RJ. Nesse caso, supondo-se que, atualmente, o profissional trabalhará em Lagarto-SE, é correto afirmar que o profissional poderá requerer a reinscrição devendo realizá-la junto ao CREF-20, desde que sanada a irregularidade que determinou a nulidade.
- 70 Suponha-se que faleceu, neste mês, um profissional de educação física, casado, que possuía débitos com o CREF-20. Nesse caso, é correto afirmar que o caso implica emissão de dívidas, devendo o CREF-20 extinguir os débitos de sua base de inadimplentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O CREF-20, autarquia federal, planejou uma campanha institucional para divulgar as suas ações de fiscalização e, simultaneamente, preparou a sua prestação de contas anual.

Com base nessa situação hipotética e na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), julgue os itens a seguir.

- 71** Na campanha institucional, poderão constar o nome e a fotografia do presidente do Conselho, associados às realizações da gestão, desde que a despesa seja custeada com receitas próprias da autarquia.
- 72** As contas anuais dos gestores do CREF-20 são julgadas diretamente pelo Tribunal de Contas da União, diferentemente das contas do presidente da República, sobre as quais o Tribunal emite parecer prévio.

No exercício de 2025, a Cia. Beta apurou um lucro líquido de R\$ 1.000 mil, dos quais R\$ 700 mil correspondem ao resultado líquido positivo da equivalência patrimonial, e que o dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto, seja de R\$ 500 mil.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 6.404/1976, com a redação dada pela Lei nº 10.303/2001, julgue o item seguinte.

- 73** A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar R\$ 500 mil à constituição de reserva de lucros a realizar.

O CREF-20 pretendia realizar um pregão eletrônico para a aquisição de material de expediente, com valor estimado de R\$ 80 mil, e licitação para a alienação de veículos inservíveis de sua frota.

Considerando essa situação hipotética, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006, julgue os itens a seguir.

- 74** Encerrada a etapa de lances do pregão, caso a proposta de uma microempresa seja 4% superior ao melhor preço, ofertado por empresa de grande porte, ficará configurado empate, assegurando-se preferência de contratação à microempresa.
- 75** Na alienação dos veículos inservíveis, deverá ser adotada a modalidade leilão, na qual se sagra vencedor quem oferecer o maior lance.
- 76** No pregão, a habilitação antecede, como regra, o julgamento das propostas, e a inversão dessa ordem somente será admitida mediante ato motivado e previsão expressa no edital.

À luz da Lei nº 4.320/1964, julgue o item seguinte, a respeito da execução da despesa pública.

- 77** Em casos especiais previstos na legislação específica, admitir-se-á a dispensa da emissão da nota de empenho, mantendo-se, contudo, a vedação à realização de despesa sem prévio empenho.

Com base na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), julgue os itens a seguir.

- 78** Suponha-se que, em março do último ano de seu mandato, um prefeito tenha contraído uma obrigação de despesa com parcelas a pagar no exercício seguinte, sem suficiente disponibilidade de caixa. Nesse caso, é correto afirmar que essa conduta se enquadra na vedação do art. 42 da LRF.
- 79** Suponha-se que a despesa total com pessoal do Poder Executivo de um município com receita corrente líquida de R\$ 300 milhões tenha atingido R\$ 155 milhões. Nesse caso, é correto afirmar que serão vedadas medidas como a criação de cargo, de emprego ou de função.

Acerca das disposições constitucionais e legais relativas ao orçamento público, aos instrumentos de planejamento e aos princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

- 80** Emenda ao projeto de lei orçamentária anual que acrescer dotação a um investimento, indicando, como recurso, a anulação de dotação destinada ao serviço da dívida, poderá ser aprovada, desde que seja compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias (LDO).
- 81** A construção de uma unidade de saúde com execução prevista para três exercícios financeiros somente poderá ser iniciada se estiver prevista no PPA ou em lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- 82** A avaliação de passivos contingentes decorrentes de ações judiciais movidas contra o ente, com a indicação das providências a serem adotadas caso se concretizem, integra o anexo de metas fiscais da LDO.
- 83** A lei municipal que vincular 5% da arrecadação do IPTU a um fundo municipal de fomento ao esporte afrontará o princípio orçamentário da não afetação da receita de impostos.

Acerca da classificação da despesa orçamentária e das etapas da receita orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 84** Na estrutura programática do orçamento de uma autarquia, a ação de fiscalização do exercício profissional, realizada de modo contínuo e permanente, deve ser classificada como projeto.
- 85** Uma doação em dinheiro recebida por autarquia, sem previsão na LOA, deve ser reconhecida como receita orçamentária na arrecadação, ainda que não tenha passado pelas etapas de previsão e lançamento.

Considerando a programação e a execução orçamentária e financeira, bem como os procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), julgue os itens seguintes.

- 86** Crédito especial cujo ato de autorização tenha sido promulgado em outubro de 2025 poderá, havendo saldo em 31 de dezembro, ser reaberto nos limites desse saldo e incorporado ao orçamento de 2026.
- 87** Computadores entregues a uma autarquia em 20/12/2025, ainda em fase de conferência para ateste em 31/12/2025, que sejam relativos à despesa empenhada e não paga, devem ser inscritos em restos a pagar processados.
- 88** Despesa cujo empenho foi anulado no encerramento do exercício, por ter sido considerado insubsistente, mas cujo credor cumpriu a obrigação no prazo, poderá ser paga no exercício seguinte à conta de despesas de exercícios anteriores.
- 89** A movimentação de créditos orçamentários entre unidades gestoras de órgãos distintos, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, é denominada destaque.
- 90** Na concessão de suprimento de fundos a servidor para despesas de pequeno vulto, a liquidação da despesa orçamentária é acompanhada do reconhecimento de variação patrimonial diminutiva pelo valor integral adiantado.
- 91** Uma fiança bancária recebida de fornecedor como garantia de execução contratual deve ser registrada em contas de natureza de informação de controle, como ato potencial ativo.
- 92** Em município cuja legislação fixe o fato gerador do IPTU em 1º de janeiro, com pagamento parcelado ao longo do ano, a variação patrimonial aumentativa deverá ser reconhecida à medida que as parcelas forem arrecadadas.

Uma autarquia apresentou, no exercício de 2025, os dados a seguir (em R\$ mil).

- Saldo em espécie do exercício anterior: 350.
- Receita orçamentária arrecadada: 2.400.
- Despesa orçamentária empenhada: 2.500.
- Despesa empenhada e não paga, inscrita em restos a pagar: 300.
- Recebimento de cauções em dinheiro: 50.
- Pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores: 200.
- Devolução de cauções: 20.

Com base nessa situação hipotética e na estrutura do balanço financeiro prevista no MCASP, 11ª edição, julgue os itens a seguir.

- 93** O saldo em espécie a ser transferido para o exercício seguinte é de R\$ 380 mil, o que evidencia resultado financeiro positivo no exercício.
- 94** No balanço financeiro, o valor de R\$ 300 mil inscrito em restos a pagar deve figurar entre os pagamentos extraorçamentários, por se tratar de obrigação a ser quitada no exercício seguinte.

Em 31/12/2025, os registros contábeis de um município evidenciavam os saldos a seguir (em R\$ mil).

- Ativo financeiro: 900.
- Passivos com atributo F (obrigações liquidadas a pagar, consignações e cauções): 520.
- Créditos empenhados a liquidar, inscritos em restos a pagar não processados: 150.

Com base nessa situação hipotética e no MCASP (11ª edição), julgue os itens seguintes.

- 95** O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial, passível de utilização como fonte para a abertura de créditos adicionais em 2026, é de R\$ 380 mil.
- 96** Caso parte do superávit financeiro seja utilizada para a abertura de créditos suplementares em 2026, o balanço orçamentário de 2026 poderá evidenciar dotação atualizada superior à previsão atualizada da receita, sem que isso configure erro de registro.

Uma empresa comercial possuía, em 1/3/2025, estoque de 100 unidades de determinada mercadoria, avaliadas a R\$ 10 cada. Em 5/3/2025, adquiriu 200 unidades ao custo unitário de R\$ 13 e, em 20/3/2025, vendeu 150 unidades por R\$ 20 cada.

Com base nessa situação hipotética e desconsiderando-se os tributos, julgue os itens a seguir, em conformidade com a NBC TG 16 – Estoques.

- 97** Adotado o custo médio ponderado, o custo das mercadorias vendidas em março de 2025 será de R\$ 1.800.
- 98** Caso fosse adotado o método PEPS, o lucro bruto apurado na venda seria inferior ao obtido pelo custo médio ponderado móvel, em razão da elevação do custo de aquisição.

À luz da Lei nº 6.404/1976 e das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG), julgue os itens a seguir, no que diz respeito ao patrimônio, aos registros contábeis e às demonstrações contábeis.

- 99** O pagamento antecipado de duplicata a fornecedor, com a obtenção de desconto, constitui fato contábil permutativo, uma vez que envolve somente a troca entre elementos do ativo e do passivo.
- 100** Com as alterações promovidas pela Lei nº 11.941/2009, o ativo passou a ser dividido em circulante e não circulante, este composto de realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
- 101** De acordo com a Lei nº 6.404/1976, empréstimo concedido por companhia comercial à sua controlada, com vencimento em 90 dias e não relacionado aos negócios usuais da companhia, deverá ser classificado no ativo circulante.
- 102** Na demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método indireto, a despesa de depreciação do período deve ser deduzida do lucro líquido para a apuração do caixa líquido das atividades operacionais.

- 103** Na demonstração das mutações do patrimônio líquido, o aumento do capital social mediante incorporação de reservas de lucros altera a composição do patrimônio líquido, sem modificar o seu valor total.
- 104** Na demonstração do valor adicionado, a remuneração paga aos empregados integra a distribuição do valor adicionado, não sendo computada entre os insumos adquiridos de terceiros.

A Cia. Alfa, sociedade comercial, apresentou os dados a seguir, relativos ao exercício de 2025 (em R\$ mil).

- Receita bruta de vendas: 6.000.
- Deduções da receita bruta: 1.000.
- Custo das mercadorias vendidas: 3.000.
- Lucro líquido do exercício: 400.
- Ativo circulante: 1.200.
- Ativo não circulante 2.800.
- Passivo circulante: 800.
- Passivo não circulante: 1.200.

Com base nessa situação hipotética e considerando os saldos de final de exercício, julgue os itens seguintes.

- 105** O lucro bruto da Cia. Alfa no exercício de 2025 foi de R\$ 3.000 mil.
- 106** O índice de liquidez corrente da companhia indica que, para cada R\$ 1 de obrigações de curto prazo, havia R\$ 1,50 de ativos circulantes.
- 107** A participação de capitais de terceiros em relação ao capital próprio foi de 50%, o que revela que o patrimônio líquido da companhia superava o seu passivo exigível.
- 108** A rentabilidade do patrimônio líquido da companhia foi de 20%.
- 109** O giro do ativo da companhia foi de 0,8, razão pela qual o retorno sobre o ativo total resultou inferior à margem líquida de vendas.

Em relatório gerencial elaborado para a diretoria de um conselho profissional, a receita de anuidades foi apresentada da forma a seguir.

ANO	2023	2024	2025
VALOR EM R\$	4.000	4.600	5.520

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 110** Adotando-se 2023 como base fixa (índice 100), o índice de 2025 é igual a 138, o que revela crescimento de 38% da receita de 2025 em relação à de 2024.
- 111** Caso se mantenha em 2026 a taxa de crescimento verificada entre 2024 e 2025, a receita de anuidades projetada para 2026 será de R\$ 6.624 mil.

Acerca da elaboração, da apresentação e da interpretação de relatórios contábeis e financeiros para a tomada de decisão, julgue os itens seguintes.

- 112** Para demonstrar à diretoria a evolução mensal das despesas administrativas de um conselho ao longo de 24 meses, o gráfico de setores é mais adequado que o de linhas, por evidenciar a tendência do período.
- 113** Um índice de liquidez corrente muito superior à média do setor pode indicar a existência de recursos ociosos, razão pela qual a sua interpretação requer a análise conjunta de outros indicadores, como os prazos médios de estocagem e de recebimento.

Com relação aos papéis de trabalho e aos testes e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 114** Na auditoria das contas de um conselho profissional, os papéis de trabalho podem restringir-se a anotações compreensíveis apenas por quem os elaborou, desde que as conclusões constem do relatório final.
- 115** Ao comparar as despesas com diárias do exercício em relação às de exercícios anteriores e com os valores orçados, investigando as variações não esperadas, o auditor aplica procedimento de revisão analítica.
- 116** A obtenção de confirmação externa do saldo bancário, diretamente com a instituição financeira, caracteriza teste de controle, pois se destina a avaliar a efetividade operacional dos controles internos da entidade.

Considerando a Lei nº 8.429/1992 e a Lei nº 12.527/2011, julgue os itens seguintes.

- 117** Suponha-se que um agente público de uma autarquia tenha, por negligência e sem dolo, deixado de conferir documentos fiscais e tenha dado causa a um pagamento indevido a um fornecedor. Nesse caso, é correto afirmar que houve prática de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- 118** O atendimento de pedido de acesso às informações sobre os contratos firmados pelo CREF-20 não pode ser condicionado à apresentação, pelo requerente, dos motivos determinantes da solicitação.

Com base nos normativos do Sistema CONFEF/CREFs relativos à prestação de informações sobre as contas dos CREFs e ao Fundo de Desenvolvimento dos CREFs, julgue os itens a seguir.

- 119** Segundo a Resolução CONFEF nº 506/2023, a não apresentação de documento exigido na prestação trimestral de informações sobre as contas acarreta, como primeira providência, a intervenção do CONFEF na atuação do CREF.
- 120** No âmbito do Fundo de Desenvolvimento dos CREFs, as transferências de recursos para a execução de projetos formalizam-se por meio de convênio entre o CONFEF e o CREF, que figura como conveniente.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Os princípios orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios –, são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. 11. ed. Brasília: STN, 2024 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Princípios orçamentários aplicáveis à lei orçamentária anual

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) princípios da unidade, da universalidade e da anualidade, previstos na Lei nº 4.320/1964;
- b) princípio da exclusividade e exceções admitidas pela Constituição Federal de 1988; e
- c) princípio do orçamento bruto.